

Diabo

14-08-2018

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 25000

Temática: Política

Dimensão: 622 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página (s): 7

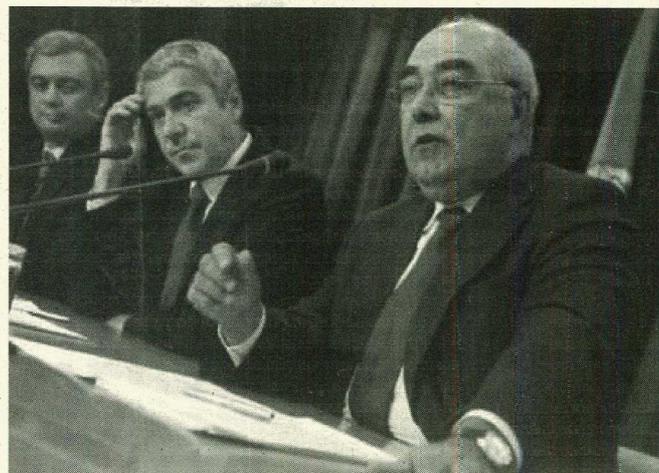


# PPP: uma sangria sem fim

Volvidos sete anos de investigação levada a cabo pela Polícia Judiciária aos contratos das Parcerias Público-Privadas (PPP) celebrados entre a secretaria de Estado das Obras Públicas e o Grupo Ascendi, ao tempo dos Governos socialistas de José Sócrates, as autoridades apontam para que tenham sido cometidos graves crimes relacionados com gestão danosa, participação económica em negócio, tráfico de influências, corrupção activa para acto ilícito, fraude fiscal agravada, branqueamento de capitais e associação criminososa.

Após mais de 60 inquirições e recolhas de provas em buscas domiciliárias e não domiciliárias de suspeitos, a Unidade Nacional Contra a Corrupção conclui que houve delito consciente e deliberado por parte de alguns dos membros dos Executivos socialistas de então.

Em causa estão os contratos das concessões Norte Grande Lisboa, construídas no pacote de negociações que levou à criação das antigas Scut. Desde 2009 que estas duas concessões terão tido um custo de 756 milhões de euros e de 80 milhões de euros, respectivamente. O compromisso em causa, previsto no plano de concessões rodoviárias contratadas em regime de PPP, já custou mais de nove milhões aos cofres portugueses. Cerca de um terço do valor mencionado foi



gasto em cinco autoestradas do grupo Ascendi, que se encontrava integrado na Monta-Engil.

A referida publicação ainda destaca outra linha da investigação, focada na pressão que foi então exercida para se manter o extravagante pacote de subconcessões rodoviárias, quando o País mergulhava numa das maiores crises financeiras de sempre.

A investigação, que teve início nos finais de 2011, tem como principal suspeito Paulo Campos, o antigo secretário de Estado das Obras Públicas do Governo de Sócrates. Os ex-ministros Mário Lino (Obras Públicas) e Fernando Teixeira dos Santos (Finanças), o ex-secretário de Estado do Tesouro, Carlos Costa Pina, e Almerindo Marques, ex-presidente da Estradas de Portugal, foram já ouvidos no âmbito deste mega-processo. ■